

RESUMO

A diversidade de representações sociais e práticas em Educação Ambiental – EA, bem como os resultados de um levantamento nacional que mostrava a falta de capacitação específica entre executores de projetos de EA, motivaram o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, de doutorado, que buscou identificar representações sociais e práticas em EA, presentes entre educadores ambientais, conhecer os motivos que os levaram a participar de um curso de especialização em EA, e os impactos do mesmo, entre outros objetivos específicos. Quanto aos resultados, foram identificados quatro tipos de representações sociais em EA – conservacionista, romântica, ecosocialista e tecnocêntrica; em relação às práticas relacionadas havia uma gradação entre as que focalizavam o indivíduo e suas relações com o mundo, e outras, as quais privilegiavam a resolução de situações-problema; entre as razões que levaram os educadores a fazer o curso destacaram-se a procura de subsídios teóricos e práticos, de intercâmbio de experiências e de valorização profissional. Consideraram que o curso trouxe impactos positivos, pois ampliou o entendimento sobre a EA, possibilitou articular teoria e prática e o exercício da interdisciplinaridade.

PALAVRAS-CHAVE

Educação ambiental, educador ambiental, curso de especialização em educação ambiental, Faculdade de Saúde Pública.

ABSTRACT

The variety of social representations and practices in Environmental Education – EE, as well as the results of a national survey that showed that most environmental educators have not been through continuing education programs in this field motivated the development of this Doctorate research which aimed to identify existing social representations and practices in EE among environmental educators, to know the reasons why they decided to attend a postgraduate specialization program in EE and the impacts of that. The main results showed that there were four types of social representations about EE – conservationist, romantic, ecosocialist and technocentric; their practices varied from those more related to the individual and his relationship to the world and those that focused on problem-solving situations; the main reasons why they attended the course were: to get theoretical and practical subsidies, to exchange experiences, and to improve their professional recognition. They considered that the impacts of the course were positive, for it allowed the participants to improve their understanding about EE, to articulate theory and practice as well as to exercise interdisciplinarity.

KEY WORDS

Environmental education, environmental educator, specialization course in environmental education, Faculdade de Saúde Pública.

CAPACITAÇÃO, REPRESENTAÇÃO SOCIAL E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Andréa Focesi Pelicioni

Mestre e doutora em saúde pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP/USP, especialista em educação ambiental pela FSP/USP e pela Macquarie University (Austrália), professora do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – UniFMU.
andreapelicioni@uol.com.br

Helena Ribeiro

Mestre em geografia pela University of California – Berkeley (EUA), doutora em geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP, livre-docente em saúde pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP/USP. Professora Titular do Departamento de Saúde Ambiental da FSP/USP
lena@usp.br

INTRODUÇÃO

A educação ambiental, por ser uma construção social, reflete uma ampla gama de representações sociais e práticas. Essa diversidade se justifica em função das diferentes interpretações a respeito das causas e soluções possíveis em relação à problemática socioambiental da atualidade e o papel atribuído à educação ambiental como uma das principais formas de enfrentamento e reversão dessa incômoda realidade.

O Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental (MMA/MEC, 1997), elaborado para desvelar o “estado da arte” e subsidiar as discussões presentes na Primeira Conferência de Educação Ambiental realizada em Brasília (DF), em outubro de 1997, mostrou que o estado de São Paulo apresentava o maior percentual de trabalhos em educação ambiental (17,7%), seguido do estado do Rio de Janeiro (11,7%). A maior parte dos projetos era realizada em ambiente urbano (45,9%), mata atlântica (30,4%), bacias hidrográficas (20,8%) e ecossistemas costeiros (15,1%). Contudo, no que se refere ao pessoal envolvido com a execução dos projetos, apenas 36% tinham feito cursos de capacitação na área.

Em relação à capacitação de recursos humanos, necessidade enfatizada desde a década de 70 em todos os encontros internacionais de educação ambiental, identifica-se uma progressiva oferta de cursos de Educação Ambiental, bastante diversificados em termos de carga horária, objetivos, conteúdos, profissionais e instituições envolvidas.

Há, por exemplo, em todas as regiões do país, cursos de curta duração, caracterizados como cursos de extensão que têm se voltado, geralmente, à sensibilização dos participantes para a

problemática ambiental, à divulgação de informações e/ou o ensino de algumas técnicas de dinâmica de grupos.

Já em algumas instituições de ensino superior existem programas de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu*, em que a disciplina “Educação Ambiental” é oferecida, e existem ainda cursos de especialização em Educação Ambiental, cujos objetivos são mais amplos e a carga horária maior (no mínimo 360 horas) do que as modalidades mencionadas, pois se trata de formar especialistas em educação ambiental, capacitando-os para que incorporem a dimensão educativa em suas áreas de atuação.

Dentro dessa perspectiva, foi criado, em 1994, o curso de especialização em Educação Ambiental oferecido pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP/USP. A estrutura do curso foi inicialmente delineada por docentes dos Departamentos de Saúde Ambiental e de Prática de Saúde Pública e, em seguida, foi submetida à discussão e aprimoramento por meio de um workshop, do qual participaram, além dos professores da FSP/USP, educadores de diversas instituições, ambientalistas e outros profissionais envolvidos com a área.

O curso de especialização foi concebido com os objetivos de: 1) criar condições para que seus participantes, profissionais com nível superior, provenientes de diferentes áreas do conhecimento, tivessem a oportunidade de analisar criticamente as inter-relações entre o ser humano, a sociedade em que vive, sua cultura e o ambiente biofísico em que está inserido; 2) propiciar a experimentação de métodos e técnicas educativas coerentes com as abordagens teóricas da educação ambiental, privilegiando enfoques integrados na busca de

soluções para problemas complexos; 3) promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências trazidas pelas diferentes formações profissionais de alunos e professores; 4) favorecer o desenvolvimento de interlocutores em instituições públicas e privadas, bem como a realização de projetos intersetoriais (PHILIPPI Jr.; PELICIONI, 2000).

A existência de representações sociais diversificadas a respeito da educação ambiental e da problemática socioambiental, bem como os dados do levantamento nacional anteriormente referido, o qual mostrava que na área de educação ambiental predominavam executores de projetos que não tinham capacitação específica, motivaram a realização de pesquisa de doutorado (PELICIONI, 2002) com educadores ambientais participantes, na qualidade de estudantes, dos cursos de especialização em Educação Ambiental promovidos pela Faculdade de Saúde Pública da USP entre 1998 e 2000.

Constituíram objetivos da tese de doutorado o desvelamento das representações sociais sobre a educação ambiental, a identificação das práticas sociais em educação ambiental desenvolvidas pelos educadores, a verificação dos motivos que os levaram a fazer a especialização e os impactos do curso sobre suas vidas pessoais e profissionais, entre outros objetivos específicos, os quais não serão abordados neste artigo devido à limitação de espaço.

METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa se optou pela abordagem qualitativa. Em relação à coleta dos dados, foram aplicados 100 questionários e realizadas 21 entrevistas em profundidade, tendo

como sujeitos da pesquisa educadores que, antes de iniciar o curso de especialização, já trabalhavam com educação ambiental. Buscou-se assegurar que a amostra fosse constituída por educadores com diferentes tipos de formação universitária e experiência profissional nesse campo, por exemplo, em órgãos governamentais municipais e estaduais, instituições de ensino, unidades de conservação, organizações não-governamentais, autarquias, empresas privadas, entre outras.

RESULTADOS

Entre os motivos que levaram os educadores ambientais a fazer o curso de especialização em Educação Ambiental destacou-se a procura de subsídios os quais possibilitassem o aprimoramento de sua atuação profissional, a sistematização do trabalho realizado e a ampliação do alcance dos projetos que vinham desenvolvendo. Outras razões, como a possibilidade de avaliar as próprias práticas, de trocar experiências com pessoas atuantes na área e obter diploma de especialista diante de um mercado de trabalho em expansão, também foram mencionadas.

Por meio da análise dos discursos foram identificados quatro tipos de representações sociais a respeito dos objetivos e estratégias da educação ambiental ante a problemática socioambiental.

O 1º tipo atribuía à educação ambiental o objetivo de mudar atitudes e comportamentos de indivíduos por meio de informações, assemelhando-se às propostas da educação conservacionista, abordagem delineada no início do século 20.

O 2º tipo, inspirado por um ideário característico do romantismo do século

19, também atribuía à educação ambiental o objetivo de promover mudanças atitudinais e comportamentais, mas por meio da estratégia do autoconhecimento, da promoção da integração do ser humano à natureza e do estreitamento das ligações afetivas com o mundo.

Nos dois primeiros tipos, portanto, as propostas se apresentavam reduzidas a mudanças individuais, como se isso fosse suficiente para enfrentar a complexa problemática socioambiental da atualidade.

No 3º tipo, a educação ambiental teria um objetivo mais amplo, qual seja, promover transformações não apenas no indivíduo, mas na sociedade, à semelhança das propostas do ambientalismo ecossocialista.

O 4º tipo atribuía à educação ambiental o objetivo de prover instrumentos de gestão ambiental, configurando uma representação social alinhada ao restrito ideário do ambientalismo tecnocêntrico.

Em relação às práticas relatadas pelos educadores, verificava-se uma gradação entre aquelas cujo foco inicial era o indivíduo e suas relações com o mundo e, outras, cujo propósito era a resolução de situações-problema. Os resultados demonstraram existir discrepâncias entre as representações sociais e as práticas realizadas pelos educadores, principalmente devido à falta de apoio e de recursos humanos e financeiros para a realização de projetos sistemáticos, planejados e interdisciplinares de educação ambiental.

Quanto aos impactos relatados, consideraram que o curso colaborou para:

- a ampliação do entendimento a respeito da problemática socioambiental, da educação ambiental e do processo pedagógico ao conferir novos subsídios teóricos e práticos;

- o aprimoramento profissional em decorrência da solidificação de conceitos e do desenvolvimento da visão crítica sobre as próprias práticas em educação ambiental;

- a reformulação ou aperfeiçoamento do trabalho realizado, o aumento do escopo de atuação e/ou a geração de idéias para novos projetos;

- a troca de experiências entre os/as participantes e a formação de vínculos com diferentes interlocutores, representantes de diversas instituições.

Em alguns casos foram gerados trabalhos interinstitucionais;

- o exercício da interdisciplinaridade e a articulação entre teoria e prática por meio do desenvolvimento dos projetos de pesquisa e intervenção, atividade obrigatória do programa curricular;
- a ressignificação do papel do/a educador/a;

- o aumento da motivação para atuar na área ao encontrar pessoas portadoras de ideais semelhantes;

- a difusão e discussão de idéias oriundas das aulas e dos textos lidos, tanto no ambiente doméstico quanto no de trabalho;

- a melhoria das relações interpessoais;

- a ampliação das perspectivas profissionais.

ANÁLISE E CONCLUSÕES

Um dos aspectos que mais chamaram a atenção nos discursos dos educadores em relação ao papel da educação ambiental se referia ao objetivo de mudar comportamentos individuais, como se isso fosse suficiente para reverter a situação preocupante em que a humanidade se encontra atualmente. Essa tônica não causa estranhamento, tendo em vista o fato que é a abordagem preferencial de

documentos oficiais da área ambiental, da mídia e de um número expressivo de publicações, os quais refletem as idéias dos patrocinadores e não têm interesse em provocar transformações realmente significativas nas sociedades.

A ênfase na mudança de comportamento individual ofusca a dimensão política das questões socioambientais e, como ressalta a vertente ambientalista ecossocialista, contribui para o prolongamento do *status quo* e para o atraso nas transformações estruturais necessárias. Portanto, é preciso que se realizem, concomitantemente, mudanças individuais e estruturais.

Também foi possível verificar em alguns discursos a utilização da expressão “passar conhecimentos”, indicativa de uma abordagem tradicional do processo ensino-aprendizagem. Ora, se a educação ambiental enseja um processo de transformação, e se o educando é considerado sujeito desse processo, a ser realizado em conjunção com outros sujeitos, por meio de um processo participativo e dialógico, há uma grande incoerência em adotar-se uma abordagem tradicional na educação ambiental (PELICIONI, 1998). Em termos práticos, a adoção dessa abordagem pode acarretar no fracasso do processo pedagógico e no limite da própria educação ambiental enquanto uma das formas de enfrentamento da problemática socioambiental.

É preciso chamar a atenção para a necessidade de as práticas em educação ambiental contribuírem para promover

uma visão ampla e crítica da problemática socioambiental (PELICIONI; PHILIPPI, 2002), não ficando confinadas a objetivos imediatistas, restritos ao âmbito do indivíduo ou do grupo participante de determinada atividade, e que tampouco promovam uma visão acusatória de um “homem destruidor do meio ambiente”, destituído de qualificações maiores e falsamente pertencente a uma humanidade portadora de possibilidades e interesses homogêneos (PELICIONI, 1998).

Entim, as práticas sociais em educação ambiental não devem mascarar a dimensão política da problemática, sob pena de estarem contribuindo para seu agravamento. Além disso, é necessário serem desenvolvidas ações, tanto em âmbito micros social quanto macro, que possam realmente ser instituintes de novas relações e promotoras da melhoria da qualidade de vida.

Tomando como referência os depoimentos dos sujeitos deste estudo, é preciso reconhecer que cursos de pós-graduação delineados e desenvolvidos de forma coerente com os princípios da educação ambiental – os quais, entre outras recomendações, advogam o desenvolvimento da visão crítica da problemática socioambiental, o exercício da interdisciplinaridade e a participação ativa do educando no processo de ensino-aprendizagem –, embora não sejam a única forma, conferem possibilidades significativas de aprimorar a qualidade dos trabalhos em educação ambiental desenvolvidos a potencializar a ação transformadora da realidade.

BIBLIOGRAFIA

[MMA/MEC] MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Relatório: Levantamento nacional de projetos de Educação Ambiental*. Brasília, DF, 1997.

PELICIONI, A. F. *Educação ambiental na escola: Um levantamento de percepções e práticas de estudantes de primeiro grau a respeito de meio ambiente e problemas ambientais*. 1998. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. *Educação ambiental: Limites e possibilidades de uma ação transformadora*. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. Meio ambiente, direito e cidadania: Uma interação necessária. In: PHILIPPI, JR. A.; ALVES, A. C.; ROMERO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Eds.). *Meio ambiente, direito e cidadania*. São Paulo: NISAM/Faculdade de Saúde Pública/Signus Editora, 2002.

PHILIPPI Jr., A.; PELICIONI, M. C. F. (Org.) Recursos humanos em educação ambiental: O papel da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. *Educação ambiental: Desenvolvimento de cursos e projetos*. São Paulo: NISAM/Faculdade de Saúde Pública/Signus Editora, 2000.